

RADAR

Universidades eleitorais

A expansão do ensino superior custeado pela União tornou-se uma das principais moedas eleitorais para os políticos que disputam um mandato no pleito de outubro próximo. Candidato à reeleição no Amapá, o senador José Sarney (PMDB) defende a criação da universidade federal do Oiapoque. Candidata a governadora do Maranhão, sua filha, a senadora Roseana Sarney (PFL), reivindica a criação de quatro instituições. E, em Goiás, a bancada federal apresentou projetos para a criação de nove universidades federais. O detalhe é que, no Amapá, mais de 50% dos eleitores não completaram o ensino fundamental; no Maranhão, 46%; e, em Goiás, um terço. Ou seja, esses Estados precisam de escolas para o ensino básico e não de universidades.

O maior interessado na expansão das universidades federais, com o descarado objetivo de atrair votos, é o próprio presidente da República. Apesar do abandono das 55 universidades federais já existentes, muitas das quais carecem de verbas para conservação de prédios, laboratórios e bibliotecas, pagamento de contas de água, luz e telefone e para a contratação de professores, nos últimos meses Lula ordenou a criação de 10 novas instituições e de mais 48 campi, em 20 Estados. Não por acaso, os exames vestibulares dos 476 cursos recém-criados foram marcados para o período de junho a setembro deste ano. Ou seja, em plena campanha eleitoral.

Animados com os dividendos eleitorais que podem ser propiciados por essa oferta desordenada de vagas e de contratação de professores e servidores administrativos para as novas unidades, senadores e deputados federais seguiram o exemplo de Lula. Tramitam no Congresso projetos de criação de 68 novas universidades federais em 24 Estados. Ao todo, entre promessas do presidente da República e projetos de parlamentares, são 128 novas escolas superiores, o que equivale a 5 por Estado.

"Governo e Congresso entraram numa espécie de orgasmo universitário. Todo mundo quer criar uma universidade pública, como se isso fosse resolver o problema educacional do Brasil", afirma o deputado mineiro Paulo Delgado, relator da polêmica

proposta de reforma universitária do Ministério da Educação. A opinião é insuspeita, pois Delgado é um dos mais atuantes e respeitados parlamentares do PT, o partido de Lula. Por ironia, no mês passado, ao enviar essa proposta ao Congresso, Lula enfatizou que em seu governo "o ensino é uma prática, não uma bandeira" e se apresentou como o presidente da República "que fez mais que todos pela educação".

Embora muitos dos cursos criados por essa estratégia demagógica do governo sejam baratos e pouco profissionalizantes, como é o caso de jornalismo e assistência social, e muitas das novas instituições devam funcionar em salas improvisadas, nada impede o presidente-candidato de "visitar obras" e divulgar em palanque projetos que não saíram do papel e que demorarão anos para serem implementados. Essa acintosa utilização da rede federal de ensino superior com propósitos eleitorais, por parte do presidente-candidato, é só um dos lados do problema.

O outro diz respeito à maneira irresponsável como o ensino vem sendo tratado ao longo de sua gestão. Como apontam relatórios das avaliações do próprio MEC e estudos de organismos multilaterais, o problema da educação está,

essencialmente, na péssima qualidade do ensino fundamental. Isso foi comprovado pela Prova Brasil, cujos resultados acabam de ser divulgados. Aplicado em novembro último a 3,3 milhões de alunos em 40.920 escolas públicas urbanas de 5.398 municípios, a Prova Brasil revelou que a grande maioria dos estudantes do ensino fundamental tem dificuldades de ler textos com mínimo de complexidade, compreender problemas, identificar o tema de narrativas e escrever redações simples.

Por isso, ao destinar recursos escassos à expansão desordenada do ensino superior público, que hoje já consome dez vezes mais do que o governo gasta com educação básica, Lula foi muito além de cometer um estelionato eleitoral para garantir os votos necessários à sua reeleição. Ao deixar de investir no que deveria ser a prioridade número um do País, mantendo com isso a má qualidade do ensino básico, ele está privando as novas gerações da formação escolar de que necessitam para vencer na vida. (O Estado de São Paulo, 30.07.2006)



MEC garante que houve planejamento

Em resposta às críticas de que o programa de expansão do sistema federal de ensino superior tem caráter eleitoral, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Nelson Maculan, garantiu que o aumento do número de vagas foi planejado pelo governo. "Todos os projetos são aprovados com o nosso parecer", afirmou o dirigente. Nos últimos meses, foram criadas 10 novas universidades federais, além de 48 campi em cidades do interior.

Além do projeto do MEC, alguns parlamentares apresentaram propostas para a criação de 68 instituições de ensino. Para Maculan, o obstáculo é conseguir recursos. "Fazer um projeto é fácil, mas e os recursos?", indagou o secretário, que defendeu a política de expansão. "Ela beneficia todo o país, mas o norte e o nordeste terão uma atenção especial. O governo precisa atender a estas demandas. Existem também no MEC muitos processos para transformar faculdades em instituições federais, para a criação de novos campi", explica.

Para Paulo Speller, presidente da ANDIFES e reitor da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a expansão tem papel estratégico no desenvolvimento das diversas regiões do país. "Buscamos materializar o papel estratégico que essas instituições devem cumprir no país para contribuir na construção de uma sociedade mais justa e solidária". Já o deputado Paulo Delgado (PT-MG), relator da Reforma Universitária na Câmara, é um dos críticos do programa. "O governo e o Congresso entraram numa espécie de orgasmo universitário. Todo mundo quer criar universidade pública", finaliza. (Fonte: MEC, 28.07.2006)

48 projetos de expansão

O Ministério da Educação decidiu ampliar de 41 para 48 os projetos de interiorização e expansão de universidades públicas no país, até 2007, para atender às demandas regionais. A Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC) aguarda apenas os projetos acadêmicos e arquitetônicos de cinco universidades para assinar convênios e repassar recursos aos sete novos projetos. A ampliação da meta do programa *Expandir* foi possível com a liberação de recursos para investimentos e a contratação de novos professores e de pessoal técnico-administrativo. Com essa ampliação, completa-se a expansão do ensino superior em pelo menos três estados: Amazonas, Paraíba e Minas Gerais. Cada campus receberá R\$ 8 milhões, metade ainda este ano e o restante em 2007.

O *Expandir* vai levar o ensino superior a áreas de difícil acesso no interior do país. No Amazonas, por exemplo, há apenas um campus, o de Itacoatiara, chega-se por terra. Nos demais, o caminho é feito por barcos ou aviões, como em direção ao de Benjamin Constant, quase na divisa do Brasil com o Peru e a Colômbia, a 1.200 quilômetros de Manaus, em linha reta. A universidade chega também a pólos importantes do Nordeste, como Sobral (CE), numa região de 60 pequenos municípios, onde os jovens terão a oportunidade de acesso ao ensino superior público e gratuito. Nestes locais, os novos campi e universidades estão sendo construídos com a participação da comunidade e a parceria das prefeituras - cedem áreas para as obras e opinam sobre quais cursos querem e de que forma serão ofertados. O MEC paga os serviços licitados, a contratação de trabalhadores da construção civil e professores e pessoal técnico-administrativo, além da aquisição de equipamentos e laboratórios. (Fonte: Imprensa/MEC, 31.07.2006)